

RELAÇÕES RACIAIS, QUESTÃO SOCIAL E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UMA EXPERIÊNCIA INVESTIGATIVA NO ÂMBITO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RACIAL RELATIONS, THE SOCIAL QUESTION, AND INSTITUTIONAL CARE: AN INVESTIGATIVE EXPERIENCE IN THE CONTEXT OF UNDERGRADUATE RESEARCH

Lorena Cristina Santana de Souza **1**
Gustavo Gonçalves Fagundes **2**

Resumo: Este relato de experiência apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no curso de Serviço Social da Unitins. A investigação propõe uma análise crítica das expressões da questão social e do racismo estrutural no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com ênfase na infância negra. Com base em revisão bibliográfica e documental, o estudo evidencia como a desigualdade social, aliada à ausência de políticas públicas eficazes e ao racismo institucional, contribui para a institucionalização seletiva. A pesquisa reforça o compromisso do Serviço Social com os direitos humanos e a justiça social, além de apontar a necessidade de políticas intersetoriais que promovam o fortalecimento familiar e a proteção integral, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de uma contribuição relevante para a formação acadêmica e para práticas profissionais mais conscientes e transformadoras.

Palavras-Chaves: Questão Social. Acolhimento Institucional. Serviço Social.

Abstract: This experience report presents the initial findings of a research project developed within the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC) in the Social Work course at Unitins. The investigation offers a critical analysis of the expressions of the social question and structural racism in the institutional care of children and adolescents, with an emphasis on Black childhood. Based on bibliographic and documentary research, the study reveals how social inequality, the lack of effective public policies, and institutional racism contribute to selective institutionalization. The research reinforces the commitment of Social Work to human rights and social justice, while also highlighting the need for intersectoral policies that promote family strengthening and comprehensive protection, as established by the Statute of the Child and Adolescent (ECA). This work represents a meaningful contribution to academic development and to more conscious and transformative professional practices.

Keywords: Social Question. Institutional Care. Social Work.

-
- 1** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2194277077634052>. E-mail: lorenacristina@unitins.br
 - 2** Docente efetivo de Serviço Social na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6932482584489532> E-mail: gustavo.gf@unitins.br

Introdução

A presente proposta de relato de experiência apresenta a trajetória da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no ciclo 2024–2025, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), sob orientação e supervisão do docente efetivo Prof. Dr. Gustavo Gonçalves Fagundes. A investigação tem como eixo central a análise das expressões da questão social e das relações raciais no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, com ênfase na infância negra.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível aprofundar aspectos teóricos, legais e históricos sobre o acolhimento institucional, observando o entrelaçamento entre a desigualdade social, o racismo estrutural e as políticas sociais direcionadas à infância. Nesse sentido, a pesquisa se insere de forma direta no campo da promoção dos direitos humanos e da cidadania, ao buscar compreender como as violações de direitos atingem de forma seletiva determinadas infâncias, sobretudo as negras, e como o Serviço Social pode atuar para enfrentá-las de forma crítica e comprometida.

O estudo articula-se ao projeto ético-político do Serviço Social e visa contribuir com a formação de uma prática profissional crítica, que não apenas identifica as expressões da questão social, mas atua ativamente na defesa de políticas públicas universais, equitativas e antirracistas. Com isso, desejamos traduzir o que de fato vem a ser a questão social a partir de um levantamento bibliográfico e documental, para que possamos compreender suas expressões no cotidiano das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Soma-se a isso a inserção na linha temática Direitos Humanos e Políticas Públicas e a adequação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de números 1, 2, 3, 5 e 16, justamente por entendermos a pobreza, fome, desigualdade de gênero e sociedades excludentes como partes das expressões da questão social, o que significa que o enfrentamento dessas expressões constitui o objeto de intervenção dos assistentes sociais.

Tais ODS são contemplados à medida que a pesquisa investiga como as desigualdades raciais e de classe impactam a proteção de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, revelando os limites das políticas públicas frente às múltiplas formas de vulnerabilidade social.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem crítica e caráter exploratório, fundamentada na análise bibliográfica e documental. As fontes utilizadas incluem produções acadêmicas, legislações, dados estatísticos e diretrizes técnicas do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e do Ministério do Desenvolvimento Social. O levantamento histórico, jurídico e estatístico permitiu mapear os processos de institucionalização da infância no Brasil, com destaque para a população negra.

A vivência no campo da Iniciação Científica tem proporcionado uma experiência intensa e transformadora, marcada por um cotidiano de pesquisa que vai além da simples leitura e escrita acadêmica. A rotina investigativa inclui encontros regulares com o orientador, nos quais são discutidos os caminhos teóricos e práticos do projeto, os desafios metodológicos e os ajustes necessários ao decorrer das novas descobertas, categorias e inquietações surgidas ao longo do processo.

Os encontros são espaços fundamentais de construção do conhecimento, de troca de ideias e de aprofundamento crítico. Neles, definimos em conjunto os textos a serem lidos, as estratégias para organização do material e a divisão temática para os relatórios. Cada leitura é cuidadosamente discutida, destacando os conceitos, os argumentos centrais dos autores e os diálogos possíveis com a realidade investigada.

A elaboração de fichamentos iniciais, não apenas auxilia na sistematização dos conteúdos, mas também permite construir um repertório teórico consistente para as análises desenvolvidas. Muitos textos são revisitados em diferentes momentos da pesquisa, a fim de possibilitar novas leituras a partir do amadurecimento intelectual alcançado. Além disso, mantenho um documento de organização das leituras, separando os textos lidos, aqueles em processo e os que ainda desejo

explorar, como parte do planejamento contínuo da investigação.

A escrita dos relatórios é outro exercício significativo, pois exige-me refletir sobre o percurso realizado, visitar os materiais estudados e sistematizar os avanços teóricos e metodológicos conquistados. Esse processo fortaleceu minha capacidade de análise crítica e a autonomia investigativa, aspectos centrais para minha formação como pesquisadora e assistente social em formação.

Cabe destacar ainda a participação em sala de aula com a realização da exposição de painel temático sobre *Serviço de Acolhimento Institucional e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora* e cursos de formação realizados durante esse período, como no *Curso de Formação de Profissionais do SUS e do SUAS para Atuação em Casos de Violência Intrafamiliar*, que possibilitou um olhar de contribuição analítica para ampliar o diálogo com outras produções acadêmicas e para tensionar a própria construção do objeto de estudo. Esses momentos foram fundamentais para refinar o olhar crítico sobre as expressões da questão social no acolhimento institucional e para reafirmar o compromisso ético-político da pesquisa com os direitos humanos e o combate ao racismo estrutural.

Para além disso, cabe pontuar algumas dificuldades encontradas no decorrer da trajetória científica, a inexistência de salas e/ou espaços destinados ao desenvolvimento de atividades de pesquisa dentro da Unitins - Campus Palmas. Atualmente não contamos com sala exclusiva para que possamos realizar reuniões, grupos de estudos ou armazenamento seguro de documentos e informações. A pesquisa básica fica limitada e isso impede o pleno engajamento dos estudantes e docentes.

Desenvolvimento e discussão

A pesquisa desenvolvida até o momento tem se concentrado na análise do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, abordando sua evolução histórica, os desafios enfrentados pelas políticas sociais e a atuação do assistente social nesse contexto. Ao longo deste primeiro semestre de pesquisa, aprofundou-se a compreensão sobre o funcionamento do acolhimento institucional dentro da Política de Assistência Social, destacando seu papel na garantia de direitos e na reintegração familiar de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Um dos avanços teóricos mais relevantes foi a análise da transição do modelo punitivo do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990. Esse estatuto consolidou a mudança de paradigma, priorizando a proteção integral e a preservação dos vínculos familiares, em oposição à prática histórica de institucionalização de crianças pobres como forma de controle social (Rizzini; Rizzini, 2004). Nesse sentido, verificou-se que o acolhimento institucional deve ser uma medida excepcional e provisória, conforme estabelecido pelo artigo 101 do ECA (Brasil, 1990).

Outro ponto fundamental identificado foi a relação entre a questão social e a necessidade de acolhimento institucional. Estudos analisados indicam que a desigualdade socioeconômica e a carência de políticas públicas eficazes contribuem para a separação de crianças de suas famílias, tornando o acolhimento institucional uma resposta a problemas estruturais, como pobreza, desemprego e violência doméstica (Iamamoto, 2007; Yazbek, 2001). Dentro desse escopo, o assistente social assume um papel crucial ao mediar o acesso das famílias aos serviços públicos, na tentativa de evitar a necessidade de acolhimento e promover a reunificação familiar (Pereira, 2001).

A pesquisa também trouxe reflexões sobre o impacto do racismo estrutural no acolhimento institucional. Estudos demonstram que crianças e adolescentes negros são desproporcionalmente afetados pela institucionalização, evidenciando como o racismo institucional perpetua desigualdades e limita o acesso a medidas de proteção adequadas. A invisibilização das especificidades raciais no atendimento e a dificuldade de adoção de crianças negras refletem um problema mais amplo de exclusão social e falta de políticas afirmativas eficazes dentro do sistema de acolhimento (Eurico, 2018).

Diante desses aspectos, o estudo realizado no primeiro semestre permitiu avanços significativos na compreensão dos desafios do acolhimento institucional e no papel das políticas públicas na prevenção da institucionalização. O próximo período de pesquisa será voltado para a

investigação de experiências exitosas de prevenção do acolhimento institucional e estratégias de fortalecimento familiar, com base em políticas públicas que promovam maior suporte às famílias em situação de vulnerabilidade.

Considerações finais

Os resultados parciais apontam que a questão social, ao se entrelaçar com o racismo estrutural, produz uma institucionalização seletiva da infância negra. Além disso, constata-se que o Serviço Social tem papel central na mediação entre o Estado e as famílias em situação de vulnerabilidade, mas enfrenta desafios institucionais e políticos, como a precarização das políticas públicas e a fragmentação das redes de proteção.

A participação em ciclos de debates e o contato com a teoria e leituras atualizadas possibilitaram uma análise mais concreta sobre as contradições vividas no cotidiano profissional e no campo das políticas sociais.

Um dos principais achados teóricos diz respeito à transição do modelo tutelar-punitivo para o paradigma da proteção integral, previsto pelo ECA. Contudo, observou-se que a institucionalização ainda ocorre com frequência por razões estruturais, como pobreza extrema, ausência de políticas públicas intersetoriais e racismo institucional, que atingem principalmente crianças e adolescentes negros.

Durante o primeiro semestre da pesquisa, foi possível consolidar uma base teórica sobre o percurso histórico do acolhimento institucional e as legislações que marcaram essa trajetória, desde o Código de Menores até o ECA. Analisou-se também a função social do Serviço Social nesse contexto, com base em autores como Iamamoto (2007), Netto (2018), Yazbek (2001), Eurico (2018) e Rizzini (2004).

Além disso, retoma-se o objetivo de analisar criticamente as expressões da questão social e do racismo estrutural no acolhimento institucional, destacando a relevância da pesquisa para a formação acadêmica e profissional dos envolvidos. A experiência contribui também para o desenvolvimento local ao fomentar reflexões e subsídios para práticas mais comprometidas com os direitos humanos e com a efetivação de políticas públicas voltadas à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade, especialmente no contexto regional. Sendo assim, entendo que a pesquisa contribui para fortalecer o compromisso do Serviço Social com os direitos humanos e a justiça social, além de fornecer subsídios para futuras intervenções profissionais mais conscientes e transformadoras.

Por fim, é importante destacar que esta experiência investigativa encontra-se em pleno desenvolvimento. O processo de pesquisa continua em andamento, marcado por descobertas, reformulações e aprofundamentos teóricos. Trata-se de uma trajetória que segue em construção, reafirmando o valor da Iniciação Científica como espaço de formação crítica, envolvimento social e exercício da cidadania ativa por meio da produção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade.

Referências

ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social**. Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetórias e desafios, São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo institucional e infância negra: interseções entre raça, classe e proteção social**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21267/2/M%C3%A1rcia%20Campos%20Eurico.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9° ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8° ed. São Paulo: Cortez, 2018.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes:** uma abordagem crítica. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e cidadania:** os assistentes sociais e a construção de políticas sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

Recebido em 15 de setembro de 2024
Aceito em 10 de novembro de 2025